

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
CAMPUS PORTO VELHO CALAMA
MESTRADO PROFISSIONAL EM REDE NACIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA - PROFEPT

SILVIO RICARDO LIMA SILVA

**ENTRE ESTUDAR E TRABALHAR: A EVASÃO ESCOLAR NO CURSO TÉCNICO
DE ELETROTÉCNICA SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO DO IFRO – CAMPUS
PORTO VELHO CALAMA, 2015-2018.**

PORTO VELHO/RO

2020

SILVIO RICARDO LIMA SILVA

**ENTRE ESTUDAR E TRABALHAR: A EVASÃO ESCOLAR NO CURSO TÉCNICO
DE ELETROTÉCNICA SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO DO IFRO – CAMPUS
PORTO VELHO CALAMA, 2015-2018.**

Artigo apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, área de concentração Educação Profissional e Tecnológica, linha de pesquisa Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof. Dr^a. Xênia de Castro Barbosa

Co-orientadora: Josélia Fontenele Batista.

Porto Velho/RO

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S587e

Silva, Silvio Ricardo Lima.

Entre estudar e trabalhar: a evasão escolar no Curso Técnico de Eletrotécnica Subsequente ao Ensino Médio do IFRO – Campus Porto Velho Calama, 2015-2018/Silvio Ricardo Lima Silva.- Porto Velho, Rondônia, 2020.

60f.

Orientadora: Prof^a. Dra. Xênia de Castro Barbosa.

Dissertação (Mestrado). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Campus Porto Velho Calama, Programa de Mestrado em Rede Nacional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

ISBN: 978-65-00-05940-3

Bibliografia: p.42-45.

1. Ensino. 2. Educação Profissional. 3. Evasão escolar. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. III. Título

CDD– 378.013

Bibliotecária Miriã S. Veiga CRB N^o.11/898

ATA DE APROVAÇÃO DO TCC

09/07/2020

SEI/IFRO - 0943689 - Ata



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

ATA ATA 1/2020

Anexo 4 – ATA DE DEFESA DO TCC DE MESTRADO

CANDIDATO: Silvio Ricardo Silva

DATA DA DEFESA: 20/06/2020

LOCAL: IFRO - Campus Porto Velho Calama (defesa virtual via ferramenta Google Meeting)

HORÁRIO DE INÍCIO: 14:20h HORÁRIO DE TÉRMINO: 16:30h

NOME COMPLETO	FUNÇÃO	INSTITUIÇÃO DE ORIGEM
Xênia de Castro Barbosa	Presidente	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO
Josélia Fontenele Batista	Membro	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO
Lilian Maria Moser	Membro	Universidade Federal de Rondônia
	Suplente Interno	
	Suplente Externo	

TÍTULO DEFINITIVO DO TCC*: ENTRE ESTUDAR E TRABALHAR: A EVASÃO ESCOLAR NO CURSO TÉCNICO DE ELETROTÉCNICA SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO DO IFRO – CAMPUS PORTO VELHO CALAMA, 2015-2018.

Em sessão pública, após exposição de 30 minutos, o candidato Silvio Ricardo Lima Silva foi arguido oralmente pelos membros da banca, durante o período de 2h 30 min. A banca chegou ao seguinte resultado**:

(X) APROVADO(A) () REPROVADO(A)

** Recomendações¹:

Reestruturação do artigo para publicação. Revisão textual do artigo e do produto. Inserir subtítulos mais convidativos à leitura. Inserir justificativa na Introdução.

Reestruturação do produto educacional, inserindo informação sobre o processo de validação, detalhamento da metodologia. Inclusão do Libâneo no referencial teórico.

¹ O aluno deverá encaminhar à Coordenação do PROFEPT, no prazo máximo de 30 dias a contar da data da defesa, os exemplares definitivos do TCC, após realizadas as correções sugeridas pela banca.

Na forma regulamentar, foi lavrada a presente ata, que é abaixo assinada pelos membros da banca, na ordem acima relacionada e pelo candidato.

Porto Velho, 20 de junho de 2020.

Presidente: Xênia de Castro Barbosa

Membro 1: Josélia Fontenele Batista

Membro 2: Lilian Maria Moser

Candidato (a): Silvio Ricardo Lima Silva



Documento assinado eletronicamente por **Xenia de Castro Barbosa, Professor(a) - EBTT**, em 20/06/2020, às 17:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Josélia Fontenele Batista, Coordenador(a) Adjunto(a)**, em 20/06/2020, às 17:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lilian Maria Moser, Usuário Externo**, em 20/06/2020, às 17:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Silvio Ricardo Lima Silva, Usuário Externo**, em 06/07/2020, às 18:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 0943689 e o código CRC 247A3835.

ATA DE APROVAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

ATA 02/2020

Anexo 5 – Ata de Avaliação do Produto

PRODUTOS(S) EDUCACIONAL(IS) GERADO(S) NO TRABALHO FINAL DE CURSO

CANDIDATO: Silvio Ricardo Lima Silva

DATA DA DEFESA: 20 de junho de 2020 LOCAL: Porto Velho Calama

HORÁRIO DE INÍCIO: 14:20h

Declaramos que o Produto Educacional “Diretrizes pedagógicas e administrativas para a melhoria da eficiência do curso de Eletrotécnica Subsequente ao Ensino Médio” foi julgado, validado e aprovado para obtenção do Título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Rondônia.

Porto Velho, 20 de Junho de 2020.

Presidente: Xênia de Castro Barbosa

Membro 1: Josélia Fontenele Batista

Membro 2: Lilian Maria Moser

Candidato (a): Silvio Ricardo Lima Silva



Documento assinado eletronicamente por **Xênia de Castro Barbosa**, Professor(a) - EBTT, em 20/06/2020, às 17:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Josélia Fontenele Batista**, Coordenador(a) Adjunto(a), em 20/06/2020, às 17:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lilian Maria Moser**, Usuário Externo, em 20/06/2020, às 17:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Silvio Ricardo Lima Silva**, Usuário Externo, em 06/07/2020, às 18:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0943691** e o código CRC **87E2E8BC**.

https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1023652&infra_siste... 1/2

06/07/2020

SEI/FRO - 0943691 - Ata



Dedico este trabalho aos meus pais: José Assis Silva e Maria Auxiliadora L. S. Silva, e à minha filha Catarina de Souza Silva.

AGRADECIMENTOS

O percurso para chegar a esta realização foi marcado por diversas situações, algumas extremamente felizes e outras desafiadoras e não tão felizes. Todas contribuíram para essa experiência.

Neste espaço, primeiramente agradeço a Deus, pelo dom da vida. E agradeço aos meus pais: José Assis Silva e Maria Auxiliadora Lima de Siqueira Silva, pela educação e cuidado que tiveram comigo; a meus irmãos, que abrilhantam minha jornada todos os dias, e à minha filha: Catarina de Souza Silva, pelo carinho e alegria.

Sou grato também à bibliotecária Miriam Santana Veiga, que me acolheu no IFRO, ao Junior César da Silva, do serviço Social, o qual contribuiu em diversos aspectos com essa pesquisa, ao Professor Gutemberg José Vasconcelos, amigo e orientador de longa data, à Márcia Regina Pereira, amiga, colaboradora e parceira, e à minha atual orientadora, professora Xênia de Castro Barbosa, que segurou na minha mão e me conduziu nesse caminho que não foi fácil, mas que foi rico em aprendizado e experiências. Agradeço também a professora Dra. Sandra Ferrari, pelas orientações sobre como proceder para a busca de melhoria na escrita.

Entre estudar e trabalhar: a evasão escolar no Curso técnico de Eletrotécnica Subsequente ao Ensino Médio do IFRO – Campus Porto Velho Calama, 2015-2018.

Resumo: Um dos principais problemas enfrentados pela Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, hoje em dia, é o problema da evasão escolar, que na modalidade “Técnico Subsequente ao Ensino Médio” tem revelado números preocupantes. Com o presente trabalho almeja-se comunicar as reflexões estabelecidas no âmbito do projeto de pesquisa intitulado “Educação Profissional e Evasão: Um olhar sobre o curso Técnico de Eletrotécnica Subsequente ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia”, desenvolvido no âmbito do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT no IFRO – Campus Porto Velho Calama. O estudo teve como foco a investigação acerca da problemática da evasão escolar no Curso Técnico Subsequente em Eletrotécnica do IFRO - Campus Porto Velho Calama, foi desenvolvido no recorte empírico da referida unidade educacional, considerando a delimitação temporal compreendida entre 2015 e 2018. O objetivo geral do estudo foi analisar, com base nos indicadores institucionais, os principais fatores relacionados à evasão escolar no referido curso. Quanto aos objetivos específicos, buscou-se realizar (1) o levantamento do quantitativo de discentes evadidos no período de 2015 a 2018 das turmas do Curso Técnico em Eletrotécnica Subsequente ao Ensino Médio; (2) Traçar o perfil dos estudantes do referido curso, (3) Analisar, a partir da percepção de Gestores, a importância da Política de Acesso, Permanência e Êxito do IFRO (PAPE-IFRO) para o combate à evasão no Curso Técnico em Eletrotécnica Subsequente ao Ensino Médio. O estudo que subsidiou as reflexões aqui apresentadas foi desenvolvido em abordagem qualitativa, configurando-se como estudo exploratório-descritivo. A coleta de dados foi realizada com base em pesquisa bibliográfico-documental e empiricamente, por meio de questionário e entrevistas aplicadas a gestores, tabulados com base em Escala de tipo Lickert. A teoria central que embasou as análises da presente pesquisa foi Teoria da Complexidade (MORIN, 2006), dado seu potencial de possibilitar uma leitura crítica e abrangente do problema, capaz de contribuir para a superação de fragmentações, simplificações, redução a fórmulas e receituários, reinserindo o objeto nas relações complexas onde se localiza. Buscou-se, desse modo, superar as análises disjuntivas, fragmentadoras para construir um conhecimento multidimensional, embora reconhecendo que a incompletude e a incerteza estarão presentes, pois “um dos axiomas da complexidade é a impossibilidade, mesmo em teoria, de uma onisciência” (MORIN, 2006, p. 7). Procuramos, portanto, contribuir para a reorganização do sistema de pensamento acerca do problema da evasão escolar, considerando-o no tecido complexo das relações sociais onde está inserido. As análises dos dados encontraram lastro em Silva (2018), Narciso (2015), Mészáros (2006), Frigotto (2005, 2009) e Saviani (1989), dentre outros. Os resultados indicaram que a evasão escolar é um problema inscrito sob o signo da complexidade - o que envolve fatores intraescolares e extraescolares. Defende-se que o pensamento complexo é essencial para uma prática pedagógica ressignificadora do ato de educar e trabalhar, capaz de construir existências mais éticas e integradoras

Palavras-chave: Ensino; Educação Profissional; Evasão escolar.

Between studying and working: school dropout in the Electrotechnics Vocational Education and Training Course from IFRO – Porto Velho Calama Campus, 2015-2018

Abstract: One of the main problems faced by Vocational and Technological Education in Brazil, today, is the problem of truancy, which in subsequent technical modality "Medium" teaching has revealed alarming numbers. With the present work aims to communicate the ideas set out in the framework of the research project entitled "Professional Education and avoidance: A look into the technical course of electrotechnique subsequent to the middle of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rondônia", developed in the context of the Masters Program in Vocational and Technological Education - ProfEPT IFRO – in Campus Porto Velho Calama. The study had as its focus the investigation on the problem of school dropout in subsequent Technical Course in the Electrotechnics of IFRO - Campus Porto Velho Calama, was developed in the clipping of empirical educational unit, whereas the temporal delimitation between 2015 to 2018. The general objective of the study was to analyze, on the basis of institutional indicators, the main factors related to school dropout in that course. Regarding the specific goals, we sought to achieve (1) The quantitative survey of students escaped in the period from 2015 to 2018 of classes of the Course Electrotechnical Technician Following the teaching medium; (2) to trace the profile of the students of this course, (3) Analyze, from the perception of managers, the importance of the policy of access, permanence and success of IFRO (PAPE-IFRO) for combating tax evasion in the Technical Course in Electrotechnics Subsequent to Middle School. The study that subsidized the reflections presented here was developed in a qualitative approach, configuring it as exploratory-descriptive study. The data collection was performed based on bibliographic and documental research and empirically, by means of a interviews and questionnaire applied to managers, tabulated based on Lickert scale type. The central theory that embased analyzes of the present study was of Complexity Theory (Morin, 2006), given its potential to enable a critical reading and comprehensive problem, able to contribute to the overcoming of fragmentation, simplifications, reducing the formulas and prescriptions, inserting the object into the complex relationships where it is located. We sought, thereby overcoming the fragmenting analyzes, to build a multidimensional knowledge, while recognizing that the incompleteness and uncertainty will be present, as "one of the axioms of complexity is impossible, even in theory, an omniscience" (Morin, 2006, p. 7). We, therefore, contribute to the reorganization of the system of thought about the problem of school dropout, considering the complex fabric of social relations in which it is inserted. The analyzes of the data found in ballast Silva (2018), Narcissus (2015), Mészáros (2006), Frigotto (2005, 2009) and Saviani (1989), among others. The results indicated that truancy is a problem entered under the sign of the complexity - which involves intraescolares and cultural factors. It is argued that the complex thinking is essential for a pedagogical practice, able to build stocks more integrative and ethical.

Keywords: Teaching; Professional education; truancy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Ementa da disciplina Metodologia Científica e Ética Profissional	24
Figura 2- Relação matrícula/evasão no curso Téc. em Eletrotécnica Subsequente ao Ensino Médio.....	26
Figura 3- Fator acesso à instituição segundo gestores entrevistados.....	33
Figura 4- Fator relacionamento interpessoal segundo gestores entrevistados.....	33
Figura 5- Percepção de distância entre Teoria e prática segundo gestores entrevistados.....	34
Figura 6- Percepção de fatores socioeconômicos na evasão segundo gestores entrevistados	34

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição de auxílios estudantis...p. 28

Quadro 2 – Fatores de Evasão Escolar constatados com a pesquisap.31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CRA - Coordenação de Registros Acadêmicos

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

IFs - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

IFRO - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

ProfEPT - Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica

PPC - Projeto Pedagógico de Curso

RFEPCT - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Sumário

ATA DE APROVAÇÃO DO TCC	4
ATA DE APROVAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	6
AGRADECIMENTOS	10
LISTA DE FIGURAS	9
LISTA DE QUADROS	10
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	11
APRESENTAÇÃO.....	13
INTRODUÇÃO.....	15
PERSPECTIVAS TEÓRICAS	16
METODOLOGIA.....	20
A EVASÃO ESCOLAR EM FOCO: RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	22
Notas sobre o Curso	22
O perfil dos discentes.....	24
A Política de Acesso Permanência e Êxito.....	26
A avaliação da Política de Acesso, Permanência e Êxito.....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	41
APÊNDICES	46
Diretrizes para a melhoria da eficiência do Curso de Eletrotécnica Subsequente ao Ensino Médio do IFRO – Campus Porto Velho Calama.....	52

APRESENTAÇÃO

Sou Silvio Ricardo Lima Silva, estudante, trabalhador, pai de família e assentado rural no Projeto Jequitibá do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

De formação, sou Economista. Formei-me pela Universidade Federal de Rondônia no ano de 2012. O curso de economia me ensinou a entender melhor como a renda, a produção e o consumo ocorrem no mundo atual, e como as pessoas se organizam para garantir os recursos necessários à vida e ao comércio.

No IFRO, antes de ser acadêmico do curso de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT fui aluno do Curso Técnico em Finanças do Campus Zona Norte, no período de 2016 a 2018.

Atualmente atuo como vice-presidente da Associação dos Produtores Rurais da Gleba Rio Verde, Gleba Jacundá, PAF Jequitibá e Moradores de Vila Nova Samuel - APRUCAJÁ, o que tem me rendido experiências na área de associativismo e cooperativismo. Ao trabalhar com agricultores e conhecer os desafios da vida no campo o entendimento de que a educação é a base para qualquer melhoria social ficou ainda mais clara.

Minha visão sobre o aluno é que assim como um grão plantado no chão tem o potencial de tornar alimento, um botão tem o potencial de se tornar uma flor, uma semente tem o potencial de se tornar uma frondosa árvore, também o ser humano tem elevado potencial para se desenvolver. No caso da natureza humana, esse potencial latente precisa de estímulos, de cuidados e de ações pedagógicas coordenadas.

No processo de desenvolvimento humano: emocional, físico, cognitivo, profissional a instituição escolar desempenha papel de destaque. Ela é, nas sociedades ocidentais, a instituição formalmente responsável pela transmissão do conhecimento. Portanto, cabe aos professores ter acuidade para perceber o potencial dos educandos, quais tendências afloram, quais os pontos de maior dificuldade, e auxiliá-los a desenvolver seu potencial.

O discente é um ser em formação seja qual for a sua idade e condição social. É um ser que busca conhecimento para transformar suas condições de vida para melhor, e

nesse sentido, deve ser acolhido em sua diversidade e receber o apoio necessário para alcançar seu intento.

Quando a aprendizagem não se efetiva, quando a escola não inclui, quando a teoria não dialoga com a prática, quando a opressão econômica se torna insuportável, temos configurado o problema da evasão escolar.

O problema da evasão escolar no curso técnico de Eletrotécnica Subsequente ao Ensino Médio despertou-me a atenção por se apresentar elevado e ocorrer em um período de aquecimento do mercado na área, em que as Centrais Elétricas de Rondônia – CERON foi comprada pelo grupo ENERGISA, a qual iniciou uma política de expansão da rede que demandou aumento da contratação de eletrotécnicos. Diante de tal cenário buscamos refletir sobre os fatores de evasão no Curso técnico em Eletrotécnica Subsequente ao Ensino Médio e analisar, pelo prisma da governança institucional, as ações do IFRO para a mitigação do problema.

INTRODUÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia tem como visão consolidar sua atuação institucional de modo a ser reconhecido pela sociedade como agente de transformação social, econômica, cultural e ambiental. Sua missão configura-se como a de promover educação profissional, científica e tecnológica de excelência, mediante integração entre ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento humano, econômico, cultural, social e ambiental sustentável, pautada em valores como ética, transparência, equidade e democracia, conforme registrados em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (IFRO, 2018).

Considerando que a evasão escolar no curso técnico de Eletrotécnica Subsequente ao Ensino Médio no IFRO – Campus Porto Velho Calama, tem se mostrado elevada, e que a esse fenômeno vinculam-se ideias de insucesso (não só do aluno, mas também da instituição), este estudo buscou investigar a seguinte problemática: Como o IFRO – Campus Porto Velho Calama se posiciona acerca do problema da evasão escolar e como seus gestores avaliam a Política de Acesso, Permanência e Êxito?

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar os principais fatores que conduzem à problemática da evasão no curso Técnico em Eletrotécnica Subsequente ao Ensino Médio na referida unidade educacional. Quanto aos objetivos específicos, buscou-se: (1) Avaliar e classificar em ordem de importância, sob o ponto de vista da Gestão, os programas e as ações da Política de Acesso, Permanência e Êxito institucional que podem contribuir para a integralização do curso dos discentes do curso Técnico em Eletrotécnica na Modalidade Subsequente; (2) Discutir as implicações pessoais e institucionais do problema da evasão escolar; (3) Desenvolver, a título de produto educacional, recomendações técnicas destinadas a contribuir com a melhoria da eficiência do curso, visando, de maneira especial, à redução dos índices de evasão escolar.

O estudo justifica-se em razão de a evasão apresentar taxas elevadas no curso técnico de Eletrotécnica Subsequente ao Ensino Médio no IFRO.

A evasão escolar ocorre em todos os níveis e modalidades de ensino e sobre ela incidem problemas intrínsecos e extrínsecos à escola – o que a configura como problema complexo, ou seja, problema que se insere na ordem da complexidade, da incompletude e que para sua compreensão, desafia a fragmentação do saber e as abordagens fragmentadas. Trata-se de problema multifatorial e com implicações sobre a vida do indivíduo (o estudante que evade), sobre a vida da sociedade e da instituição escolar em seus vários aspectos; implicações as quais buscaremos problematizar ao longo deste texto, que está organizado em quatro tópicos que sucedem a esta Introdução, a saber: Perspectivas Teóricas, Metodologia, A evasão escolar em foco: Resultado e Discussão e as Considerações Finais.

PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Ao problematizar a questão da evasão escolar entende-se necessário discutir a relação educação e trabalho, uma vez que o trabalho é entendido, nesta modalidade educacional, como princípio educativo, como elemento central do processo de humanização e como uma necessidade social.

Frigotto (2005) afirma que o trabalho é parte constituinte da existência humana, pois ao moldar a natureza para atender às suas necessidades o homem desenvolve previamente processos de subjetivação: ele imagina o que irá criar, como irá criar, e que efeitos sua obra poderá resultar para si e para os outros. Saviani (2007) corrobora com Frigotto (2005), afirmando que o homem é produto de seu trabalho, e que ele se constrói, aprende e se desenvolve por meio da atividade laboral.

Esse sentido filosófico, ontológico do trabalho vem sendo desafiado por sua apropriação capitalista. Ao mesmo tempo em que ele representa possibilidades quase ilimitadas de criação e expressão da capacidade humana, também funciona como uma espécie de prisão, quando é empregado no desenvolvimento de processos produtivos exploratórios e alienantes, em que o trabalhador domina apenas uma pequena parte do processo produtivo e desconhece seu produto final.

No enalço da reflexão sobre o trabalho é importante considerar, ainda, o crescimento de relações trabalhistas marcadas pela fragilidade dos direitos, pela falta de estabilidade e pela informalidade. Relações essas que maximizam o exército industrial

de reserva (TRINDADE, 2017), baixando o valor dos salários e aumentando a competitividade entre as pessoas. Vale lembrar ainda que a necessidade de trabalhar para sobreviver exerce forte pressão sobre o corpo e a mente humana, dificultando muitas vezes o acesso à escola e às condições de aprendizagem. Não é raro alunos desistirem de estudar por terem de trabalhar, ou por não conseguirem conciliar estudo e trabalho. Em face das premências materiais é tendência que esses alunos optem pelo trabalho e coloquem o estudo em segundo plano.

Trabalho e educação são, portanto, categorias centrais da EPT, constituem as bases conceituais dessa modalidade de ensino, de modo que sua compreensão por parte dos profissionais da educação é essencial para o desenvolvimento de uma educação libertadora.

Conceituamos Educação Profissional e Tecnológica como

[...] modalidade educacional prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional(LDB) com a finalidade precípua de preparar ‘para o exercício de profissões’, contribuindo para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade. Para tanto, abrange cursos de qualificação, habilitação técnica e tecnológica, e de pós-graduação, organizados de forma a propiciar o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos (MEC, 2019).

A EPT é uma modalidade educacional que possui desafios amplos e difíceis, dentre os quais:

[...] não se curvar às conveniências mercantilistas definidas pelo mercado de trabalho, nem tão pouco adequar-se à ‘formação escolar’, mas comprometer-se com o refreamento das desigualdades sociais, a expansão socioeconômica, relacionadas à educação básica ofertada por uma escola pública de qualidade. Entretanto, esta modalidade de educação deve estar integrada ao mundo do trabalho, com diversas outras políticas e ações públicas e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (NARCISO, 2015, p. 37).

A autora ressalta, ainda, que é dever da EPT

[...] proporcionar ao educando o pleno desenvolvimento de suas habilidades e competências a fim de construir o saber relacional interagindo com a realidade, extraíndo e problematizando o conhecimento, refletindo acerca do seu lócus e de como poderá colaborar para o desenvolvimento local, regional e global (NARCISO, 2015, p. 75).

O pensamento da autora (*op. cit.*) alinha-se ao de Paulo Freire, que propõem que a experiência educativa, mesmo no âmbito da modalidade “educação profissional”, não pode ser tecnicista, mas precisa ser humanizadora:

[...] transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador. Se se respeita a natureza do ser humano, o ensino dos

conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando. Educar é substancialmente formar (FREIRE, 1997, p. 34-35).

No Brasil recente, umas das instituições que tem se destacado na oferta da EPT com essa perspectiva emancipadora do trabalhador são os Instituto Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Os Institutos Federais – IFs têm contribuído de forma significativa com a oferta de Educação Profissional, por meio de cursos diversos, nas várias modalidades: FIC, Subsequente, Ensino Médio Integrado, Ensino Superior e Pós-graduação.

A última década foi marcada por rápida expansão da rede federal de EPT, todavia, agora se faz necessário ajustar e melhorar os processos educacionais, visando identificar e sanar as falhas e reduzir os fatores que levam o educando a abandonar os cursos. É salutar que a rede federal de EPT desenvolva essa avaliação, buscando a qualidade social tanto da educação quanto do ensino (LIBÂNEO, 2008). Embora esteja imersa nas complexas relações próprias ao sistema capitalista a EPT é capaz de contribuir com a ascensão econômica dos estudantes, bem como auxiliá-los a consolidar um instrumental crítico, de leitura do mundo e das próprias relações de trabalho.

Se trabalhar é uma necessidade para se garantir a sobrevivência, e se o trabalho é perpassado por disputas e desafios de classe, o que a EPT pode fazer é se empenhar para formar um trabalhador apto ao exercício profissional e capaz de compreender e transitar de modo autônomo no universo dessa relação, sendo capaz de contribuir com o desenvolvimento socioproductivo, mas também capaz de compreender o sistema em que está inserido, de lutar por seus direitos e agir de forma ética e responsável perante a sociedade e o meio ambiente. Trata-se, portanto, de um desafio que demanda consolidar tanto o conhecimento técnico como o conhecimento histórico, filosófico e sociológico.

Por outro ângulo, essa postura “conciliadora de classe” da EPT apresentada como alternativa possível a esse tempo – até que não ocorra a superação das formas e relações produtivas hegemônicas vigente, é fortemente questionada por Mészáros:

Limitar uma mudança educacional radical às margens correctivas auto-servidoras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objectivo de uma transformação social qualitativa. Do mesmo modo, procurar margens de *reforma sistemática* no próprio enquadramento do sistema capitalista é uma *contradição em termos*. É por isso que é necessário *romper com a lógica do capital* se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente (MÉSZAROS, 2006, p. 4).

No sistema vigente, as classes populares têm sido tolhidas no direito à educação. Por muito tempo, no Brasil, pobres não puderam frequentar escolas, e quando lhes foi facultado o acesso, o foi de forma caritativa, e em cursos oportunos aos interesses das classes dirigentes, detentoras dos meios de produção. Atualmente, notam-se avanços no sistema educacional e na democratização do acesso ao ensino, contudo, as carências materiais e culturais são fatores que dificultam a permanência e o êxito acadêmico dos estudantes pobres, levando-os frequentemente à evasão escolar.

No caso da EPT, a evasão escolar corresponde a uma problemática persistente e ainda pouco estudada, apesar de representar um dos mais relevantes desafios dessa modalidade educacional no Brasil (BASSO, 2014; NARCISO, 2015; COSTA, 2018).

A carência de estudos sobre evasão escolar na EPT foi enunciada por Silva (2018), na tese intitulada “Estudo Comparado sobre evasão escolar na Educação Profissional - Brasil e Argentina”. E antes mesmo do estudo de Silva (*op. cit.*), Narciso (2015) alertara sobre esse problema, informando que no ano de 2015 havia apenas 11 dissertações e uma tese de doutorado que versava sobre o assunto, conforme dados que coletara junto à Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para a autora,

Tais números devem ser considerados ínfimos diante da expansão da Rede Federal de Educação Profissional que contabiliza mais de 562 (quinhentos e sessenta e dois) *Campi* em todo o Brasil, gerando mais de um milhão e cem mil vagas. Diante de toda a trajetória de mais de cem anos da Educação profissional, a evasão tem sido um fenômeno persistente (NARCISO, 2015, p. 31).

Assim, o desenvolvimento de estudos acerca da temática em tela é relevante não só para o enfrentamento local do problema, como também contribui com a literatura sobre o assunto.

No Curso Técnico subsequente em Eletrotécnica do Campus Calama a evasão apresenta cifras elevadas: em 2015, houve 40 alunos matriculados, dos quais 22 evadiram – o que representa taxa de evasão de 55%. Em 2016, houve 42 estudantes matriculados e desses 17 evadiram. Nesse ano houve redução da taxa percentual de evasão de quase 15% em relação ao ano anterior, totalizando 40,47% - o que ainda é muito elevado. Quanto ao ano letivo de 2017, foram matriculados 30 alunos, dos quais 11 perderam o vínculo com a instituição sem ter concluído o curso, perfazendo um total de 36,6% de evasão. No ano de 2018 não houve abertura de novas vagas para o referido

curso, sendo oportunizado apenas a re-oferta de disciplinas para alunos já matriculados que haviam sido retidos nas disciplinas por nota ou por falta.

No presente estudo, a evasão foi conceituada como abandono do curso, fenômeno que ocorre quando o aluno deixa de frequentar o ambiente escolar, rompendo o vínculo jurídico estabelecido (JOHANN, 2012). No endosso de Johann, Narciso (2015, p. 75), esclarece que “A evasão escolar é quando o educando sai da instituição antes da conclusão da série ou etapa, abandonando o curso, finalizando o compromisso de permanecer na escola”.

Libâneo (1989), afirma que embora o acesso à escola esteja democratizado - e levo em consideração a percepção dos gestores do IFRO quanto à sua política de acesso permanência e êxito- há um longo caminho a se percorrer no sentido de democratizar o conhecimento, de assegurar que todas aprendam. Presume-se, desse modo, a necessidade de um ambiente escolar público que se institua como ambiente de informação e formação para o desenvolvimento pessoal e coletivo de todos. Nesse ambiente, a busca pela qualidade social da educação deve ser contínua (LIBÂNEO, 2008).

A evasão escolar é um dos sinais da falta dessa qualidade social na educação. Costa (2018), a respeito do tema, destaca que ele historicamente faz parte dos debates e reflexões no âmbito da educação pública brasileira e que ainda ocupa espaço de relevância no cenário das políticas públicas e da educação. Para Narciso (2015), entretanto, a historicidade desse tema no que diz respeito a seu tratamento acadêmico é visto como recente. A nosso ver, enquanto problema empírico, a evasão é assunto que orbita a preocupação de docentes e gestores escolares desde longa data, constituindo-se, na década de 1990, como problema político que desde então, de maneira mais sistemática, tem desafiado à reflexão acadêmica especializada.

São vários os fatores que convergem para a evasão escolar, e estes podem ser classificados em dois conjuntos: o de fatores extraescolares e o de fatores intraescolares. Buscaremos nomeá-los ao longo deste texto.

METODOLOGIA

Esta pesquisa configura-se como pesquisa exploratória, de objetivos descritivos e perfil misto (quali-quantitativa). A coleta de dados foi realizada por meio de questionários e entrevistas, pesquisa no Painel de Indicadores do IFRO e em setores administrativos do Campus e da Reitoria. Também operamos observações em campo, de tipo não participante.

Os questionários foram enviados por e-mail a gestores, docentes e técnicos do Campus Porto Velho Calama com a finalidade de recolher informações sobre como avaliam o problema da evasão escolar em face da política de fomento à inclusão, permanência e êxito do IFRO.

Quando houve demora na devolução dos questionários, ou quando algum colaborador demonstrou dúvida sobre alguma questão do instrumento, procedemos a entrevistas, nas quais conversamos com mais detalhe sobre a pesquisa e registramos as informações acerca dos itens presentes no questionário, além de outras, verbalmente expressas no momento da entrevista que julgamos relevantes para a pesquisa. Os dados coletados foram fichados e convertidos em tabelas e gráficos.

O conjunto documental que deu base a esse estudo foi constituído por relatórios e tabelas disponibilizados pelos referidos setores, bem como pelos questionários e entrevistas realizadas.

As respostas registradas nos questionários foram tabuladas em Escala tipo Lickert de cinco níveis. Esclarecemos que na referida escala há dois extremos e o meio, que é ponto de indiferença da questão, ou ponto nulo. Esse tipo de tabulação é útil para o conhecimento não só do nível de compreensão sobre dado problema, mas da intensidade como se percebe suas implicações. Apesar do número amostral ser pequeno, o instrumento permitiu compreender e hierarquizar melhor as interpretações dos entrevistados.

As análises foram desenvolvidas com base em literaturas concernentes ao tema.

Quanto ao produto educacional, optamos por apresentar Diretrizes Técnicas para a Melhoria da Eficiência do Curso Técnico em Eletrotécnica Subsequente ao Ensino Médio. O referido produto foi desenvolvido a partir da análise do PPC do curso, das observações de campo e da análise documental. Consiste em orientações acerca dos pontos mais críticos evidenciados na pesquisa e almeja contribuir com a melhoria do curso e a redução da evasão escolar em sua esfera. O produto foi apresentado e validado

junto à Coordenação do Curso, que demonstrou interesse em discuti-lo junto a seu colegiado de curso e prover meios de aplicá-lo.

A problemática investigada foi pensada, ao longo deste estudo, na esteira da Teoria da Complexidade (MORIN, 2006), por entendermos que tal perspectiva permite uma abordagem abrangente e honesta, que busca superar a fragmentação e a simplificação, a redução a fórmulas e receituários, reinserindo o objeto nas relações complexas onde sempre esteve, mas que por operações mentais (bem intencionadas) fora deslocado. Temos por base desse exercício que,

O conhecimento científico também foi durante muito tempo e com freqüência ainda continua sendo concebido como tendo por missão dissipar a aparente complexidade dos fenômenos a fim de revelar a ordem simples a que eles obedecem. Mas se resulta que os modos simplificadores de conhecimento mutilam mais do que exprimem as realidades ou os fenômenos de que tratam, torna-se evidente que eles produzem mais cegueira do que elucidação, então surge o problema: como considerar a complexidade de modo não simplificador? Este problema, entretanto, não pode se impor de imediato. Ele deve provar sua legitimidade, porque a palavra complexidade não tem por trás de si uma nobre herança filosófica, científica ou epistemológica. Ela suporta, ao contrário, uma pesada carga semântica, pois que traz em seu seio confusão, incerteza, desordem (MORIN, 2006, p. 5).

Dizer que trabalhamos na perspectiva do pensamento complexo significa dizer que buscamos superar as análises disjuntivas e fragmentadoras para construir um conhecimento multidimensional, embora reconhecendo que a incompletude e a incerteza estarão presentes, pois “um dos axiomas da complexidade é a impossibilidade, mesmo em teoria, de uma onisciência” (MORIN, 2006, p. 7). Procuramos desse modo, contribuir para a reorganização do sistema de pensamento acerca do problema da evasão escolar, considerando-o no tecido complexo das relações sociais onde está inserido.

A EVASÃO ESCOLAR EM FOCO: RESULTADOS E DISCUSSÕES

Notas sobre o Curso

O Técnico Subsequente é uma modalidade que tem como pré-requisito a conclusão do Ensino Médio ou equivalente. É uma oportunidade formativa para pessoas que já concluíram o Ensino Médio, mas que não se sentem preparadas ou não desejam ingressar no Ensino Superior, para pessoas que desejam certificar conhecimentos acerca

da profissão que já exercem e para pessoas que concluíram o Ensino Médio e desejam aprender uma profissão técnica, atualizar conhecimentos ou complementá-los.

Os cursos técnicos subseqüentes possuem duração de 02 anos e habilitam os estudantes ao exercício das profissões para as quais foram habilitados pelo curso.

No Campus Porto Velho Calama são ofertados atualmente os cursos técnicos subseqüentes ao Ensino Médio em Eletrotécnica, em Edificações e Manutenção e Suporte de Computadores. Esses cursos possuem duração de dois anos, sendo oportunizada sua integralização em no mínimo três e no máximo seis semestres. A conclusão em um ano e meio é possível aos alunos que anteciparem disciplinas ou que obtiverem reconhecimento de saberes e competências.

O Curso Técnico Subsequente em Eletrotécnica é ofertado pelo Campus Porto Velho Calama desde 2011. Trata-se de curso de oferta noturna, e de demanda considerável pelo setor empresarial local e regional, sobretudo o energético.

Em leitura do Projeto Pedagógico do Curso de Eletrotécnica (Projeto Aprovado pela Resolução nº 05/CEPEX/IFRO/2017) verificamos que ao final de sua formação, este aluno (discente) há de ter habilidades que o tornem apto ao mundo do trabalho e que seja um profissional que projeta, instala, opera e mantém elementos do sistema elétrico de potência. Elabora e desenvolve projetos de instalações elétricas industriais, prediais e residenciais e de infraestrutura para sistemas de telecomunicações, e aplica medidas para o uso eficiente da energia elétrica e de fontes energéticas alternativas (IFRO, 2017). O Curso foi organizado em itinerários formativos que abrangem dois núcleos de disciplinas: um profissionalizante e um complementar.

Os itinerários definidos buscam articular formação técnica e formação para a cidadania, entretanto, aspectos relacionados ao segundo encontram um espaço menor no curso, podendo indicar relativa negligência. Tais aspectos se fossem trabalhados de maneira mais conseqüente, poderiam tornar o curso mais atrativo aos estudantes. Um ponto que deixa isso evidente é o fato de Metodologia Científica e Ética Profissional, que são campos do conhecimento diferente, com discussões e especificidades próprias ser tratados conjuntamente, como uma única disciplina, sem condições de aprofundar nem uma, nem outra, como podemos depreender da leitura da ementa:

Figura 1: Ementa da disciplina Metodologia Científica e Ética Profissional

Objetivo Geral
Aplicar normas de metodologia em trabalhos acadêmicos e instruções de prática profissional na realização do estágio e Refletir sobre os conceitos de ética, cultura e cidadania no contexto da sociedade globalizada.
Ementa
Projetos de Pesquisa e Extensão. Elaboração de relatórios de estágio. Pesquisa Científica. Legislação e regulamentação do estágio. Direitos e deveres do estagiário, da empresa e da escola e processo de consecução do estágio. O mundo do trabalho, o empresário e a sociedade. Ética profissional em um mundo globalizado e responsabilidade social. O exercício da profissão. Código de ética do profissional em eletrotécnica. Inclusão Social, Meio Ambiente, Diversidade racial, sexual, cultura, direitos humanos.
Referências Básicas
SOUZA, Herbert José de. Ética e cidadania. São Paulo: Moderna, 1998. CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; e SILVA, Roberto da. Metodologia científica. São Paulo: Pearson, 2007. LAKATOS, Eva M. e MARCONI, Marina. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2004.

Fonte: IFRO, 2017.

A ementa supracitada não aborda os fundamentos da ciência, do pensamento e dos métodos científicos, e nem os da ética, tratando os dois campos de forma instrumental: a metodologia como mero recurso para auxiliar o aluno a redigir relatório de estágio, e a ética limitada a código profissional (o que já não é ética, é moral) e a expectativas sociais válidas, mas não muito precisas e não factíveis de serem trabalhadas na carga horária prevista. A própria bibliografia básica, ao indicar apenas uma obra de ética revela a minimização da preocupação com esse campo da filosofia, o qual se constitui de máxima relevância, sobretudo em tempos atuais, marcados pela disseminação de *fake news* e ruptura com a verdade.

Também é digno de nota o fato de a disciplina “Empreendedorismo” ser apresentada de modo genérico, sem um direcionamento (Empreendedorismo para...) enfatizando os aspectos teóricos da questão.

Em face destas observações entende-se pertinente a revisão do Projeto Pedagógico do Curso como ação necessária para avançar na qualidade social da educação (LIBÂNEO, 2008). Em relação a esse assunto, o autor (*op. cit.*), afirma que a educação de qualidade social tem como características garantir a formação de base que propicie as habilidades cognitivas, saber fazer, e interagir com a sociedade, por meio dos conteúdos escolares integrados à informática e ao universo tecnológico, integrando a cultura provida pela ciência, pela técnica, pela linguagem, pela estética e pela ética. Quando o espaço escolar não consegue atingir esse objetivo temos a evasão.

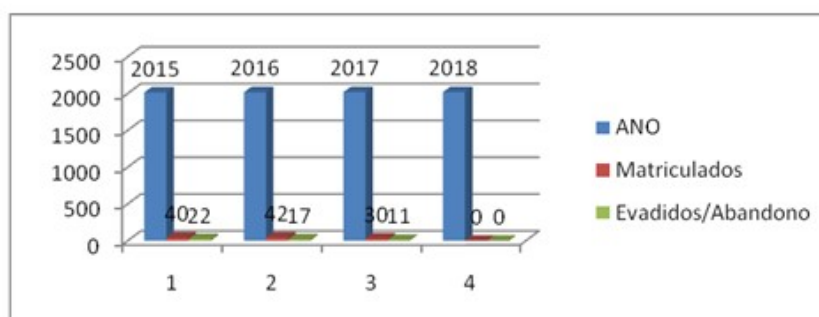
O perfil dos discentes

Quanto aos estudantes, apresentam um perfil adulto, sendo que todos são maiores de 18 anos e muitos já ultrapassaram a casa dos 35 anos. Em sua maioria são pais e mães de família e trabalham durante o dia. Quanto ao gênero, predomina o masculino, sendo que de 2015 a 2017 foram matriculados 112 homens e 15 mulheres. O total de homens que concluíram o curso até o momento da coleta de dados foi de 35 e o de mulheres 06. O número de alunos concluintes é da ordem de 31,25%.

Destaca-se que a Coordenação de Registros Acadêmicos do Campus classifica como evasão não só a desistência/abandono, como também as transferências para outras unidades do IFRO e as transferências para outros IF – ou seja, toda e qualquer perda de vínculo jurídico com a instituição.

Quanto ao rendimento econômico, a média salarial familiar é de 1,5 salários mínimos, bem abaixo da média municipal registrada pelo IBGE, que é de 3,3 salários mínimos (IBGE, 2010). O movimento de matrícula e evasão é variado, como pode ser observado na figura 2.

Figura 2: Relação matrícula/evasão no Curso Técnico Subsequente em Eletrotécnica – IFRO – Campus Porto Velho Calama.

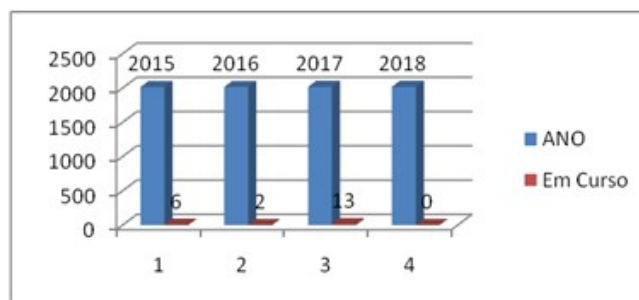


Fonte: Silvío Ricardo Lima Silva, 2019. Elaborado com baseada em informações do SITEC.

A evasão escolar nesse curso é, como visto acima, elevada, representando um dos desafios mais significativos do referido curso.

Ao se considerar o número de alunos que permanecem matriculados no curso, considerando-se o ano de ingresso, tem-se as seguintes informações, expressas abaixo.

Figura 3: Alunos com matrícula ativa, por ano de matrícula no Curso Técnico Subsequente em Eletrotécnica – IFRO Campus Porto Velho Calama



Fonte: Silvio Ricardo Lima Silva, 2019. Elaborado com baseada em informações colhidas junto à Coordenação de Registros Acadêmicos.

No intervalo de 2015 a 2018 o número de alunos que estiveram em curso é de apenas 21, o que em relação aos 112 matriculados no período, representa 18,75% do conjunto de discentes que efetivaram matrícula no período.

Esses estudantes, em geral, frequentavam o Campus apenas no período noturno e não vivenciavam o conjunto de experiências e oportunidades que ele oferecia, por exemplo: atividades culturais, curso de música, canto coral, semana nacional de Ciência e Tecnologia, semana nacional do Meio Ambiente, iniciação científica, participação em projetos de pesquisa e extensão, jogos escolares, entre outros. Inserir esses estudantes no conjunto das oportunidades formativas oferecidas pelo Campus é um caminho para fortalecer os vínculos desse aluno com o curso, favorecendo sua permanência e êxito.

A Política de Acesso Permanência e Êxito

No que se refere à Política institucional de Acesso, Permanência e Êxito do IFRO, cabe informar que, para instrumentalizar a referida política de Acesso, Permanência e Êxito (PAPE), o IFRO publicou a Resolução 26/CONSUP/IFRO/2018, de quatro de abril de 2018. Esta teve como justificativa a preocupação institucional em zelar pelo atendimento das demandas de acesso, permanência e êxitos da parcela menos favorecida da sociedade ingressante. Ela pauta-se nos seguintes princípios: equidade no processo de formação acadêmica dos discentes, sem discriminação de qualquer natureza; formação ampla, visando o desenvolvimento integral dos estudantes; interação

com as atividades fins da instituição: ensino, pesquisa, e extensão; descentralização das ações respeitando a autonomia de cada *campus*; aplicação interdisciplinar das ações oriundas desta política (IFRO, 2018a).

A Política em comento é um instrumento institucional que atende a recomendações nacionais, em especial à Nota Informativa nº 138/2015/DPE/DDR/SETEC-MEC.

A avaliação da Política de Acesso, Permanência e Êxito

A avaliação dessa nova Política pelos participantes da pesquisa a percebe como um instrumento que democratiza o acesso ao IFRO e favorece a permanência e o êxito, em especial dos alunos que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica (renda inferior a 1,5 salários mínimos e/ou em situação de risco social). O documento descreve os processos de acesso aos Editais de Permanência, que representam uma conquista para a sociedade acadêmica, e ao mesmo tempo, atende às requisições dos Órgãos de Controle.

Ao nos debruçarmos sobre o Relatório de Auditoria do IFRO 2018, no que concerne à referida política foi enfatizada a importância do monitoramento e da avaliação das ações realizadas. Também foram sugeridos pontos de melhoria, conforme o texto destacado abaixo:

É importante que mecanismos e momentos de monitoramento e avaliação das ações de intervenção implementadas sejam previstos para acompanhamento da execução e análise dos resultados alcançados. O monitoramento e a avaliação deverão ser realizados, no mínimo, anualmente possibilitando a atualização dos indicadores de evasão, retenção e conclusão. O monitoramento deverá observar as alterações dos dados quantitativos dos cursos e o cumprimento dos prazos. Avaliação deverá analisar se as medidas propostas foram desenvolvidas, quais dificuldades encontradas e se os resultados alcançados impactaram na transformação da situação de evasão e/ou retenção dos cursos na instituição. A partir dos resultados do monitoramento e da avaliação, poderão ser propostas reformulações ao plano estratégico (IFRO, 2018, p. 5).

Assim sendo, verifica-se a necessidade de que sejam realizadas discussões, monitoramento e a avaliação das ações, de forma que a Política de Permanência e Êxito realmente alcance seu propósito. Há que se destacar que já foram iniciadas algumas ações buscando a ampliação da discussão sobre o tema, por meio da Comissão de

Permanência e Êxito do Campus Porto Velho Calama, conforme Portaria nº 267/PVCAL - CGAB/IFRO, de 25 de julho de 2018. Dessa forma, é perceptível o engajamento dessa unidade de Ensino no cumprimento e acompanhamento da política. Salienta-se a importância da continuidade das atividades desenvolvidas, bem como a ampliação dos recursos públicos para os programas da assistência estudantil, de modo a contribuir com a redução da vulnerabilidade social e ampliar as condições de acesso, permanência e êxito.

No caso dos estudantes do Curso Técnico de Eletrotécnica Subsequente ao Ensino Médio, os programas da assistência estudantil que lhes beneficiaram foram o PROCAL- Programa de Auxílio à Alimentação, PROCAT- Programa de Auxílio Transporte, PROAP- Programa de Auxílio Permanência e PROAC – Programa de Auxílio Complementar, conforme descrito no quadro 1:

Quadro 1: Distribuição de auxílios estudantis, IFRO – Campus Porto Velho Calama

2015		2016		2017		2018	
PROCAL	PROCAT	PROCAL	PROCAT	PROCAL	PROCAT	PROAP	PROAC
17	12	32	20	19	10	4	1

Fonte: Silvio Ricardo Lima Silva (2020). Informações baseadas em dados fornecidos pelo DEPAE/IFRO

Conforme Dore (2014), a inclusão implica também em favorecer as condições de emancipação social. Para ela é importante assegurar a permanência dos filhos dos trabalhadores nas escolas para que possam ingressar não só no mundo produtivo como também na vida ativa pública.

Embora o Campus tenha envidado esforços para reduzir a evasão escolar na modalidade Subsequente ao Ensino Médio destaca-se que a transferência de recursos financeiros, mediante os programas de assistência estudantil, embora relevante, não tem se mostrado suficiente para sanar o problema. Ainda assim, considera-se positiva a política institucional de transferência de recursos a estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, pois muitos não possuem meios para a aquisição do vale transporte, de modo que não conseguem chegar ao Campus, ou precisam racionar a frequência, escolhendo quais dias da semana poderão ir. Outros, por sua vez, enfrentam dificuldade para conseguir se alimentar durante o período de estudos e para adquirir os materiais

necessários para participar das atividades pedagógicas (livros, apostilas, botas de borracha e outros elementos que compõem o EPI).

No que reporta à evasão escolar, que persiste apesar das ações de apoio à permanência e ao êxito, é preciso considerar que ela é motivada por múltiplos fatores, alguns de ordem interna à escola, outros de ordem externa a ela. Frequentemente, esses conjuntos de fatores se entrecruzam e se somam, configurando situações-limite que colocam o estudante perante a difícil decisão de continuar estudando ou de se dedicar a outras atividades.

No caso do aluno trabalhador adulto, é comum que essa situação limiar seja expressa nos termos: “estudar ou trabalhar?”. Sem dúvidas, conciliar trabalho e estudo é um desafio significativo, mas entendemos que o problema da evasão não se limita a esses dois termos. Entre estudar e trabalhar está ainda o “viver”. Há, portanto, muitas outras questões envolvidas, que constituem o quadro complexo de desafios e possibilidades da vida de um estudante. Procuraremos pontuar algumas dessas questões.

Em uma abordagem materialista da história, a evasão escolar corresponde, no limite, a um problema social de matriz econômica. Ela é produto de dessimetrias econômicas que se coadunam em desigualdade social, notadamente, desigualdade no acesso à educação, aos recursos de suporte à aprendizagem (cursos extras, materiais didáticos e culturais, apoio médico e psicopedagógico extra), recursos para a permanência (alimentação, transporte, roupa, calçado, materiais didáticos, conhecimento lingüístico satisfatório) e mesmo a herança cultural familiar, que se soma ao volume global de capital cultural acumulado (BOURDIEU, 2007).

Essa abordagem materialista tem sido a base para a explicação dos fatores extraescolares relacionados à evasão: necessidade de trabalhar, necessidade de ajudar no sustento familiar ou de assegurar esse sustento, problemas financeiros que dificultam ou impedem o acesso à escola, conflitos familiares (embora nem sempre exclusivamente relacionados a problemas econômicos), prestígio do curso, da profissão e satisfação quanto à remuneração financeira decorrente de seu exercício. Alguns desses fatores foram também identificados em outras pesquisas, como a de Figueiredo e Salles (2017).

Questões étnico-raciais e de gênero também são elencadas dentre os fatores extraescolares que se correlacionam à evasão. Desigualdades econômicas, étnico-raciais

e de gênero seriam, desse modo, o tripé de sustentação das explicações sobre evasão escolar no que diz respeito aos aspectos “exteriores” à escola:

A evasão escolar é uma questão social que advém da desigualdade social no Brasil, sendo que a descontinuidade dos estudos ocasiona prejuízos para o aluno, para a família, para a escola e para a sociedade que terá um trabalhador menos qualificado, ou até mesmo sem qualificação nenhuma, ocasionando-lhe má remuneração ou o próprio desemprego, reproduzindo a exclusão (NARCISO, 2015, p. 79).

A nosso ver, considerar que tais fatores são externos à escola significa concebê-la de forma idealizada, como instituição desconexa da realidade. A escola é instituição social que interage com todos os problemas que lhe cercam e pode tanto servir como instrumento para reproduzi-los, como para propor estratégias de enfrentamento e superação.

Seria ingênuo dizer que problemas econômicos, desigualdades e preconceitos de gênero, raça, cor e etnia não sejam problemas da escola, mas problemas externos a ela. Desse modo, quando falamos de fatores internos e externos à escola, é preciso esclarecer que o que se tem em mente é uma intenção classificatória – a intenção de mais bem definir o que é de ordem intraescolar e o que é de ordem extraescolar, sabendo-se que as fronteiras entre esses conjuntos de fatores são tênues e arbitrárias, e que tais fatores não são estanques, mas dinâmicos – por isso, grafados sob o signo da complexidade.

Quanto aos fatores intraescolares relacionados à evasão, pode-se apontar: falhas no processo pedagógico (na concepção do curso, na distribuição e escolha do itinerário formativo, nas estratégias de ensino e avaliação), falha no processo de acompanhamento escolar, problemas de infraestrutura (falta de espaços pedagógicos adequados e de materiais e recursos didático-pedagógicos), falta de competência técnica para o trato da diversidade (diversidade de gênero, de etnias e condições de aprendizagem), falta de capacitação e de recursos para o atendimento educacional especializado (gestão das dificuldades e necessidades educacionais especiais), falhas na comunicação e na integração dos discentes ao conjunto de atividades desenvolvidas na escola, falta de um projeto coletivo voltado à construção de identidade e pertencimento à instituição, falta ou falha na política de assistência estudantil, falta de adaptação do estudante à escola (seu funcionamento, rotinas e currículo).

Todos esses limites e falhas descritos no rol dos fatores intra e extraescolares relacionados à evasão foram notados, em alguma medida, no curso analisado. Houve evasão de estudantes com necessidades educacionais especiais, que evadiram sem receber o acompanhamento multiprofissional devido, houve evasão de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que desistiram do curso por não dispor de recursos para chegar ao Campus, houve evasão de estudantes que, em razão de pressões financeiras, não conseguiram conciliar trabalho e estudo, houve evasão de estudante em função das formatações de gênero e da falta de apoio familiar, fatores que as levaram a interpretar o curso como inadequado às mulheres. Houve também evasão de estudantes por motivos pessoais, que extrapolam os fatores extraescolares e intraescolares, inserindo-se naquilo que chamamos de demandas do “viver”.

Quadro 2: Fatores de evasão escolar constatados com a pesquisa

Fatores Intraescolares	Fatores Extraescolares
Dificuldades de aprendizagem	Necessidade de trabalhar.
Falta de motivação	Problemas familiares
Falha de acompanhamento multiprofissional dos discentes	Problemas de saúde
Falta de integração com a vida cultural e acadêmica do Campus	Dificuldades de acesso e permanência no curso (vale transporte, alimentação, materiais escolares).
Falhas na integração entre teoria e prática	Gravidez e Maternidade:
Falta de acompanhamento pedagógico específico às necessidades educacionais dos alunos	Necessidades educacionais especiais não-atendidas

Fonte: Silvio Ricardo Lima Silva (2020)

Em muitos casos ocorreu a sobreposição de fatores, conforme evidenciado na documentação analisada. E de igual modo, cabe notar que a maioria dos casos de evasão passou ao largo dos registros e acompanhamento institucional.

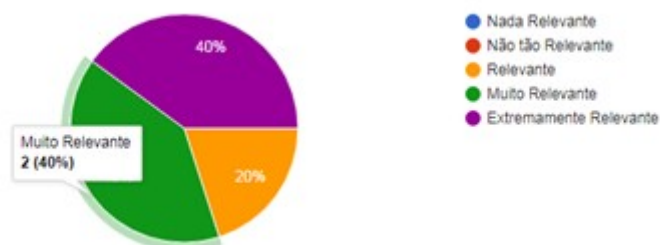
Nas interpretações dos gestores, a relação entre evasão escolar e a política de permanência e êxito da instituição é baixa. Sinteticamente, para eles, a política de permanência e êxito é adequada e eficaz na garantia do direito à educação e em prover mecanismos de acesso, permanência e êxito, de modo que a evasão escolar não resulta de falhas da mesma, mas de outros fatores.

Os gestores entrevistados são também professores do curso e supervisores de estágio. Conhecem bem a realidade do curso e foram generosos em ceder seu tempo e compartilhar conosco suas experiências, seja por meio do preenchimento do questionário, do compartilhamento de documentos, seja por meio da entrevista, propriamente dita.

Esses colaboradores identificaram como fatores relacionados à evasão problemas como: a dificuldade de acesso à instituição, problemas de relacionamento interpessoal vivenciados pelos estudantes, dificuldade em conciliar estudo e trabalho, falta de integração entre os componentes curriculares entre si, e a necessidade de maior integração do curso com o mundo do trabalho. Quanto à avaliação que realizaram acerca da Política de Acesso, Permanência e Êxito do IFRO, esta foi vista como eficaz e “extremamente relevante” por todos os participantes da pesquisa.

Apresentamos abaixo os resultados registrados nos questionários aplicados, conforme tabulação em escala Lickert.

Figura 3: Fator acesso à instituição segundo gestores entrevistados

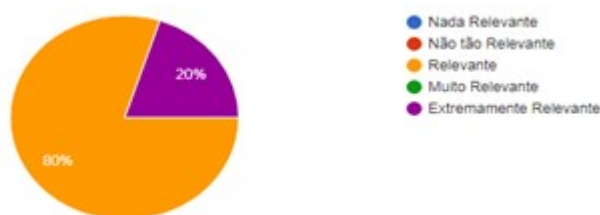


Fonte: Silvio Ricardo Lima Silva (2020).

As condições de acesso à instituição foram vistas como fator de relevância para 80% dos entrevistados.

O fator “problemas de relacionamento interpessoal”, seja no âmbito escolar, seja no familiar também foi indicado pelos entrevistados como fator relevante do ponto de vista do potencial em contribuir para a evasão, conforme demonstrado na Figura 5.

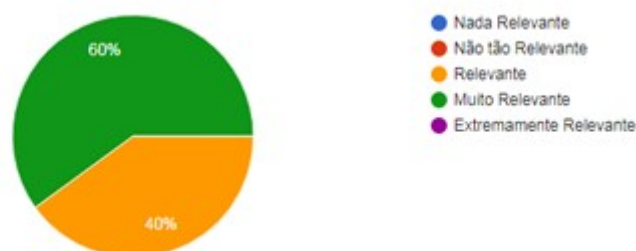
Figura 4: Fator relacionamento interpessoal segundo visão dos entrevistados



Fonte: Silvio Ricardo Lima Silva (2020).

Outro ponto que merece ser destacado é o reconhecimento, por parte da instituição da existência de distanciamento entre teoria e prática no curso em análise, como podemos evidenciar na Figura 5.

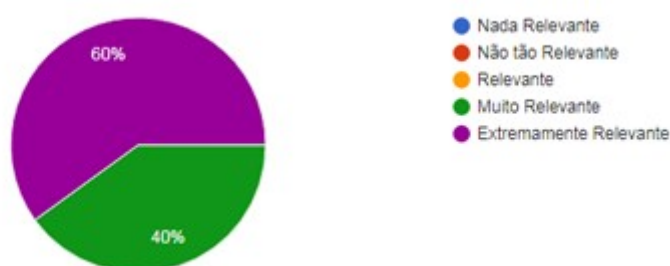
Figura 5: Percepção de distância entre Teoria e Prática no Curso Técnico Subsequente em Eletrotécnica, segundo gestores entrevistados



Fonte: Silvio Ricardo Lima Silva (2020).

Os entrevistados também consideraram como fator decisivo as condições socioeconômicas do educando, como podemos ver na figura 6.

Figura 6: Percepção de fatores socioeconômicos na evasão escolar do Curso Técnico Subsequente em Eletrotécnica



Fonte: Silvio Ricardo Lima Silva (2020).

De igual modo, não houve dentre os entrevistados quem não notasse a implicação dos fatores intraescolares “currículo, horários e carga horária do curso” como influente no processo de evasão do curso em comento, sendo este fator percebido como extremamente relevante e muito relevante para a maioria dos entrevistados.

Os professores que participaram da enquete perceberam, além dos fatores elencados pelos gestores, a existência de déficits decorrentes do processo de

escolarização básica, falta de condições adequadas para o estudo no espaço doméstico e falta de tempo para freqüentar as atividades de reforço e acompanhamento escolar que são oferecidas pela instituição. Os déficits decorrentes das falhas na educação básica percebidos pelos professores, e os problemas familiares apontados pelos gestores foram também constatados pela Auditoria do TCU do ano de 2012, que teve como objeto a evasão escolar nos IFs:

[...] a evasão deve ser considerada como um processo que começa nas etapas iniciais de escolarização dos estudantes (ensino infantil e fundamental. Autores como Rumberger e Lee (2008), que realizaram levantamento da literatura, destacam que um pobre desempenho acadêmico, nessas etapas elementares, representa uma das grandes causas para explicar o fracasso e a evasão nos níveis médios e superiores de escolarização.

Por sua vez, outros fatores associados ao abandono escolar nos estudos aplicados são as características socioeconômicas das famílias dos estudantes. Conforme mencionado em Gao (2002) e em Nery *et all* (2009), as pesquisas indicaram que uma variedade de fatores familiares tais como pobreza, composição étnica das famílias e famílias sustentadas por um único adulto são positivamente correlacionadas com a probabilidade de evadir... (TCU, 2012, p. 15).

A equipe de pesquisa identificou, além dos fatores já mencionados, baixa comunicação entre a instituição e os alunos do curso Subsequente em Eletrotécnica, resumindo-se esta a aspectos burocráticos, e identificou também uma percepção generalizada de o curso possuir pouco prestígio, apesar de ter as vantagens de oferecer profissionalização rápida em uma área de elevada demanda no município de Porto Velho e, por conseguinte, de boa empregabilidade.

A remuneração inicial de um técnico em eletrotécnica recém-formado, em Porto Velho, sem outros cursos de aperfeiçoamento, varia de 1,5 a 3 salários mínimos. A demanda por esse profissional é crescente, tendo em vista termos de cooperação assinados entre o IFRO e a ENERGISA, e entre o IFRO e as usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, que tanto vêm contratando egressos do IFRO, como vem solicitando cursos de aperfeiçoamento e formação inicial e continuada para os profissionais já alocados em seus quadros.

Nesse sentido a falta de prestígio do curso/profissional relaciona-se ao fato de não ser um curso superior, mas sim um curso técnico, e quiçá, da falta de conhecimento de seu potencial de empregabilidade, de formação continuada e verticalização.

Retornando ao prisma da evasão, nota-se que tal problema é conjuntural em uma sociedade de classes, e dele decorrem conseqüências negativas tanto para o aluno desistente, quanto para a sociedade.

Para o aluno evadido, pode-se estimar a conformação de um quadro de autoestima baixa, de limitadas perspectivas de trabalho e renda e de limitada capacidade de leitura do mundo (de limitada crítica social e de estreitos horizontes de cidadania). Para a sociedade, dentre as conseqüências negativas enumeradas constam a perda de recursos investidos pelo Estado (vaga ociosa e sem retorno socioeconômico), o fechamento de turmas, cursos e até mesmo de escolas, o deslocamento de professores e o aumento do número de pessoas com baixa escolarização e capacitação para o trabalho (COSTA, 2018).

Para sanar o problema da evasão escolar seria necessário enfrentar tanto os fatores extraescolares que a ele se vinculam, como os fatores internos à escola: superar as desigualdades socioeconômicas, assegurar igualdade de acesso, permanência e êxito a todos os estudantes, assegurar uma educação de qualidade a todos desde as séries iniciais, promover uma educação capaz de encantar, conscientizar e fazer sentido para aqueles que chegam à escola cansados e desesperançosos de um futuro melhor. É preciso, ainda, promover uma educação capaz de compreender as diferenças e efetivar a inclusão, capaz de assegurar os direitos de aprendizagem de todos e de assegurar condições de trabalho, formação em serviço e remuneração digna aos profissionais que nela trabalham.

Em acréscimo às ações supracitadas, Gualtieri e Lugli defendem ainda que:

[...] paralelamente à implementação de políticas efetivas que garantam boa formação inicial e contínua, assim como condições adequada de trabalho para os profissionais da educação, é imprescindível que ocorram alterações no modelo de organização escolar, com mais possibilidades de uso dos tempos que não se limite à grade de horários, hoje fixa; com mais alternativas nos modos de agrupamentos dos alunos que permitam convívio diversificado e realização de trabalhos variados que incluam o individual, mas também o coletivo e, para isso, os ambientes de aprendizagem também têm de ser diversificados para além da sala de aula retangular. Será preciso, sobretudo, a construção de outro sentido para o trabalho escolar cujo centro deixe de ser a repetição da informação e passe para a produção de saberes (GUALTIERI; LUGLI, 2012, p. 109).

Considerando o recorte empírico do estudo, entendemos ser fundamental dar mais atenção aos estudantes da modalidade subsequente, o que significa melhorar o processo de acompanhamento escolar (podendo-se utilizar, inclusive, dos recursos de

educação à distância para reforçar conteúdos, favorecer a interação social e reforçar os avisos importantes), melhorar a produção e organização de dados a respeito de sua vida escolar, melhorar a comunicação, informar de forma clara seus direitos e deveres e as possibilidades oferecidas pela política de assistência estudantil. Também seria interessante inclui-los em projetos de iniciação científica e iniciação à extensão, em grupos de pesquisa e atividades culturais promovidas pela instituição. É indispensável, também, a revisão do Projeto Pedagógico do Curso.

É preciso ainda analisar as experiências passadas do curso, rever as práticas pedagógicas e institucionais e desenvolver um planejamento coletivo (envolvendo os alunos e corpo docente e técnico), com vistas a aumentar a eficiência do curso. Ressalta-se que o envolvimento dos estudantes nesse plano é crucial para a obtenção de bons resultados, porque envolverá responsabilidades e demandas que envolvem planejamento de vida. Nesse sentido, retoma-se a orientação de Giddens (2002, p.83), segundo a qual

O planejamento de vida pressupõe um modo específico de organizar o tempo porque a construção reflexiva da auto-identidade depende tanto da preparação para o futuro quanto da interpretação do passado, embora ‘retrabalhar’ os eventos do passado seja sempre importante nesse processo.

Esse planejamento de vida precisa ser estimulado pelo Campus e alinhado ao um novo planejamento pedagógico do curso. Para Freire, o planejamento pedagógico implica “pensar certo” e para ele, “Pensar certo demanda profundidade e não superficialidade na compreensão e na interpretação dos fatos. [...] É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (FREIRE, 1997, p. 35-40).

O plano para aumentar a eficiência do curso e reduzir a evasão deveria contemplar, a nosso ver, ações que ampliassem a inserção dos estudantes no universo cultural da instituição. Isso porque a baixa inserção dos estudantes na vida cultural da instituição é também um dos fatores que contribui para a evasão escolar, porque não favorece o desenvolvimento de sentimentos de identidade e pertencimento.

A esse respeito, Costa (2018) endossa que o nível de envolvimento dos alunos com a experiência escolar é um fator considerável na decisão de abandono e vincula-se intimamente ao seu desempenho educacional (rendimento). Desse modo, quanto maior o envolvimento do aluno com a escola melhor será o seu rendimento e maior será sua

identificação com a instituição, o que aumenta as chances de ele se dedicar para superar as dificuldades do curso e concluí-lo exitosamente.

A construção de uma identidade estudantil e de pertencimento ao curso/instituição é fator positivo para a permanência e êxito.

Identidade e pertencimento são conceitos desafiadores, porque indicam fenômenos sociais que estão em constante movimento na modernidade. Vivemos um tempo em que as identidades já não são fixas e não se limitam a referentes étnicos ou nacionais, ao contrário, revelam-se cambiáveis e instáveis. Esse mesmo tempo também promove deslocamentos espaciais, diásporas, migrações, desterritorializações e reterritorializações, alterando as relações de pertencimento. Conforme argumenta Hall,

O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias e não resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais 'lá fora' e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as 'necessidades objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático (HALL, 1998, p. 12)

Além da problemática da identidade, da diferença e do pertencimento, que subjaz como uma das matrizes explicativas do problema da evasão, não se pode olvidar dos demais fatores que se conjugam nessa equação. Não se pode esquecer que se trata de problema complexo, que demanda abordagens multidimensionais. Por outro lado, o caráter complexo do fenômeno estudado não deve servir de desculpa para negligências. Medidas mitigadoras devem ser adotadas tanto dentro quanto fora da unidade escolar, e mais do que nunca são necessárias políticas públicas que auxiliem os estudantes a permanecerem e concluírem o curso.

No Brasil, o problema da evasão na Educação Profissional ainda não foi devidamente enfrentado. Na tese de doutorado de Silva (2018), em que desenvolveu estudo comparativo sobre evasão escolar na Educação Profissional no Brasil e na Argentina, está posto que no período analisado (2003 a 2015):

As iniciativas [...] funcionaram de forma instável, buscando medidas que visam à coleta de informações para formulação das políticas, não logrando implementar a coordenação de uma política nacional de combate à evasão ou construir ações baseadas em diretrizes nacionais, como ocorre no caso argentino (SILVA, 2018, p. 284).

Nesse sentido, a efetivação de uma política pública de combate à evasão, específica para a EPT é de suma importância. Essa política deve contemplar auxílio financeiro e material para a assistência estudantil dos alunos que se encontrem em situação de vulnerabilidade socioeconômica, bem como orientar para um sistemático acompanhamento multiprofissional dos estudantes.

A disponibilização de recursos financeiros e humanos para a realização do trabalho de prevenção à evasão escolar é imprescindível, uma vez que, segundo Costa (2000),

O fato é que a escola não recebe recursos para fazer um trabalho de prevenção à evasão junto aos alunos, nem para manter profissionais dedicados a esse problema, nem para realizar projetos voltados ao alunado que sofre com as reincidentes reprovações e evasões na escola. Enquanto a solução não chega, as conseqüências se aprofundam (COSTA, 2000, p. 9).

No caso do IFRO – Campus Porto Velho Calama, além de mais recursos financeiros para garantir uma política continuada de prevenção à evasão, é fundamental que aprenda a utilizar melhor os recursos de que dispõe. O Campus conta com quantidade considerável de profissionais subutilizados: pedagogas/professoras de pedagogia com baixa carga horária, atuando apenas em cursos superiores, psicóloga deslocada para atender à reitoria, disponível ao Campus apenas uma vez na semana, técnicos em assuntos educacionais atuando em funções burocráticas, quando poderiam trabalhar diretamente junto às coordenações de cursos em ações pedagógicas de melhoria do curso. Todos esses são profissionais competentes e comprometidos com a educação. Os trabalhos que realizam são relevantes, mas poderiam ser mais bem direcionados, em alguns casos, à melhoria da eficiência dos cursos.

Seria pertinente ainda que os docentes, a Direção de Ensino e o Departamento de Apoio ao Estudante mantivessem um diálogo mais estreito, no sentido de comunicar as ausências dos alunos e tomar providências rápidas para entender sua motivação, auxiliá-los quando for possível e trazê-los de volta ao curso. Acuidade para perceber as ausências, as dificuldades de aprendizagem e de integração são indispensáveis, assim como é necessário melhorar as informações sobre o curso, a fim de evitar que estudantes que não tenham o perfil ingressem e venham a evadir.

Ao refletirmos sobre a problemática central deste estudo desenvolvemos o produto educacional que consta no Apêndice 1.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evasão escolar é problema complexo, multifatorial e recorrente. Atinge todos os níveis e modalidades de Ensino, desafia as políticas públicas nacionais assim como os planos e políticas institucionais de permanência e êxito. Tem se revelado um problema conjuntural às sociedades capitalistas, com significativas intersecções de classe e etnia.

Na busca por conhecer melhor esse problema tem sido freqüente operacionalizar o levantamento de fatores intraescolares e extraescolares relacionados ao fenômeno, e tem sido freqüente propor medidas que consideram um ou outro conjunto de fatores, produzindo propostas de soluções fragmentárias e simplificadoras, que não o resolvem.

Na esteira do pensamento complexo (MORIN, 2006), entende-se que é preciso superar a cegueira do pensamento ocidental hegemônico e reconduzir a ciência ao tecido social do qual faz parte, tecido que é inevitável complexo, irreduzível, multifacetado, não determinado e dinâmico.

Ao considerarmos a evasão como problema complexo, adotamos uma postura epistemológica que recusa reducionismos e reconhece suas limitações, reconhece a impossibilidade de um conhecimento absoluto e definitivo sobre o fenômeno estudado, bem como a impossibilidade de propor uma fórmula que resolva a questão. Ao mesmo tempo, assumimos o compromisso ético da pesquisa responsável, do diálogo e do debate público, na busca de se construir um inventário de possibilidades de gestão do problema. A gestão do problema da evasão escolar, seu enfrentamento seja no âmbito das práticas escolares cotidianas, seja no âmbito da formulação de políticas públicas é, acima de tudo, um compromisso com a inclusão e com a ampliação dos horizontes da cidadania.

No IFRO – Campus Porto Velho Calama, o problema da evasão escolar se mostrou expressivo no Curso Técnico Subsequente: de 112 estudantes matriculados no período de 2015 a 2018, 62 evadiram, ou seja, 61% do total de alunos matriculados.

De modo sintético, pode-se afirmar que a evasão é negativa para a instituição, que se torna alvo de críticas e intervenções de órgãos de controle em função desses indicadores, é negativa para os alunos, que deixarão de obter a formação demandada, a qualificação profissional e o conjunto de experiências que poderia enriquecer culturalmente a sua vida, e também prejudica indiretamente a sociedade, que terá menos recursos humanos qualificados para atuar em sua esfera, e que pagou impostos para os quais não obterá retorno.

Dentre os principais fatores denominados “intraescolares” que se relacionam à evasão constam: falhas no processo pedagógico, no processo de acompanhamento escolar, na comunicação e no processo de integração/adaptação do discente no universo da unidade escolar, além de problemas de infraestrutura e recursos didático-pedagógicos, limitações na competência técnica para o trato da diversidade, falta de capacitação e de recursos para o atendimento educacional especializado, falta de um projeto coletivo voltado à construção de identidade e pertencimento à instituição e falha ou insuficiência de recursos aplicados na política de assistência estudantil.

Quanto aos fatores ditos “extraescolares” que incidem sobre a evasão, destacam-se: a necessidade de trabalhar para ajudar ou suprir o sustento familiar, falta de prestígio do curso e da profissão, insatisfação quanto à remuneração financeira decorrente do exercício da profissão habilitada pelo curso, além de questões étnico-raciais e de gênero.

É importante frisar que a classificação em “intraescolar” e “extraescolar” precisa ser vista com cuidado, pois apresenta o perigo de ser reducionista. Os dois campos não são desconexos. Em geral se interpõem e se entrecruzam. Ademais, a escola não é um universo à parte, objeto etéreo, com seus problemas e desafios internos, mas sim uma instituição que interage, reflete e refrata os diversos problemas da vida social. Desse modo, questões de gênero e étnico raciais, violência econômica, valorações e representações de prestígio não são externas a ela, mas fazem parte de seu cotidiano.

Constatamos ainda que os estudantes do curso analisado possuem baixa participação na vida cultural do Campus, o que dificulta o estabelecimento de

identidade e pertencimento social ao curso e à instituição. Eles não participam dos programas de iniciação científica, de iniciação à extensão, dos grupos de pesquisa, dos jogos e atividades artístico-culturais. Por outro lado, esses estudantes também não são satisfatoriamente acompanhados pelo Campus. Seu perfil delinea-se como de estudantes de mais idade, trabalhadores e com família sob sua dependência. Como trabalham durante o dia, sobra pouco tempo para estudar e realizar as atividades demandadas pelo curso. Aulas de reforço escolar e atividades em contraturno não são viáveis para a maioria dos estudantes - o que desafia a instituição a definir novas estratégias e espaços pedagógicos.

O enfrentamento da problemática da evasão escolar no Curso Técnico Subseqüente em Eletrotécnica do Campus Calama representa um dos seus mais importantes desafios educacionais.

Há a expectativa social de que o IFRO possa contribuir com a formação de uma massa crítica apta a atuar tanto no mundo do trabalho, como na vida política, social e econômica. Ele tem, nessa perspectiva, a responsabilidade da qualificação profissional, mas também a da organização da classe trabalhadora – o que é desafiador, tendo em vista a configuração atual do sistema capitalista e o estágio epistemológico das discussões acerca da educação e do trabalho, conforme apontou Frigotto (2009). Não obstante esse cenário é preciso acreditar numa educação que seja capaz de empoderar os trabalhadores para que se apropriem, com liberdade, de seu próprio destino. Para isso, há o entendimento de que é imperioso promover uma formação politécnica e omnilateral, conforme vêm apregoando Saviane (1989) e Machado (2015), dentre outros.

Para o caso analisado, recomenda-se a realização de um planejamento educacional voltado para a melhoria da eficiência do curso. Tal planejamento deve contemplar a participação de docentes, discentes e técnicos.

REFERÊNCIAS

BASSO, C. Aspectos pessoais e contextuais favoráveis à permanência de estudantes em cursos técnicos do PRONATEC. Tese de Doutorado, 198 f. Universidade Federal de Santa Catarina: Programa de Pós-graduação em Psicologia. Florianópolis, 2014.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

COSTA, E. F. **Descortinando a evasão escolar: o caso do Instituto Federal de Pernambuco – Campus Vitória de Santo Antão**. Dissertação de Mestrado, 106f. Universidade Federal de Pernambuco: Programa de Pós-Graduação em Ciência Política - Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Recife: 2018.

COSTA, A. C.A “Escola-sacrifício”: representações dos alunos sobre a escola, o processo escolarização, a evasão escolar e a conciliação escola/trabalho. *Educação: Teoria e Prática*, v.8, n. 14/15, p. 8-14, 2000. Disponível em: <http://doi.org/10.18675/1981-8106>. Acesso em 13 de Nov. 2019.

DORE, R., ARAÚJO, A. C., MENDES, J. Sousa. **Evasão na educação: estudos, políticas e propostas de enfrentamento**. Brasília:IFB/CEPROTEC/RIMEPES, 2014.

FIGUEIREDO, N. G.; ALLES, D. M. R. Educação Profissional e evasão escolar em contexto: motivos e reflexões. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v.25, n. 95, p. 356-392, abr./jun. 2017 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362017000200356&lng=pt&tlng=pt> Acesso em 15 de Julho de 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____, P. **Pedagogia do Oprimido**. 36ª ED. Rio de Janeiro: Edições Paz e Terra, 2003.

FRIGOTTO, G. **A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe**. *Revista Brasileira de Educação* v. 14 n. 40 jan./abr. 2009, p. 168-194.

_____, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M.(orgs). **Ensino Médio Integrado: Concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

G1. Globo Notícia. Economia. Desemprego cai para 11,2% em novembro, mas ainda atinge 11,9 milhões, diz IBGE. Matéria de 27/12/2019 09h00, disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/12/27/desemprego-fica-em-112percent-em-novembro-diz-ibge.ghtml>

GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar Ed.; 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo : Atlas, 2002

GUALTIERI, R. C. E.; LUGLI, R. G. **A escola e o fracasso escolar**. São Paulo: Cortez, 2012. – (Coleção educação & saúde; v.6)

HALL, S. **A identidade cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Município de Porto Velho. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/porto-velho/panorama>>. Acessado em 16 de Agosto de 2019. Às 16:00.

IFRO. **Resolução N. 26/REIT – CONSUP/IFRO**, de 04 de abril de 2018 – PAPE – Política de acesso, Permanência e êxito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/images/ConsultaPublica/Minutas/Minuta_Pol%C3%ADtica_d_e_Acesso.pdf>. Acessado em 23 de Setembro de 2018.

JOHANN, C. C. **Evasão escolar no Instituto Federal Sul-rio-grandense: um estudo de caso no Campus Passo Fundo**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Passo Fundo. Disponível em: <<http://tede.upf.br/jspui/bitstream/tede/739/1/2012Cristiane_Cabral_Johann.pdf>> . Acesso em: 09 de jun. 2019.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 1989.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5.ed. revista e ampliada – Goiânia: MF Livros, 2008. Pág 67 do livro com 319 p.

IFRO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. **Resolução n.º 05/CEPEX/IFRO/2017** – aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Eletrotécnica Subsequente ao ensino Médio - Campus Porto Velho Calama. Disponível em:

https://portal.ifro.edu.br/images/Campi/Calama/Documentos/Cursos/Eleto_Int/ppc-elerotecnica-integrado-2017.pdf. Acesso em 15 de nov. de 2019.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. **Resolução n. 10/CONSUIPE/IFRO, de 10 de janeiro de 2018** – regulamenta os Programas de Assistência Estudantil. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/consup-nav/resolucoes/2018/8485-resolucao-n-10-consup-ifro-de-10-de-janeiro-de-2018>

Acesso em 13 de fev. de 2020.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. **Projeto de Desenvolvimento Institucional – PDI 2018-2022**. 2018a Disponível em: <

https://portal.ifro.edu.br/images/ifro-pdi-interativo-20180209_pagina-simples.pdf>

Acesso em 10 de Novembro de 2020.

MACHADO, L. Politecnia, escola unitária e trabalho: lições do passado e do presente. *Trabalho Necessário*, ano 13, número 20, 2015, p. 234-251.

MEC. Ministério da Educação. **Educação Profissional e Tecnológica (EPT)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept> Acesso em 01 jul. 2019.

MÉSZAROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boi Tempo Editorial, 2006 (Mundo do Trabalho).

MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

NARCISO, L. G. S. **Análise da evasão nos cursos técnicos do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Câmpus Arinos: exclusão da escola ou exclusão na escola?** Dissertação de Mestrado, 262f. Universidade Federal de Santa Catarina: Programa de Pós Graduação em Sociologia Política (PPGSP), Florianópolis, 2015.

PIAGET, J. **Epistemologia Genética**. Petrópolis: Vozes, 1970.

SALVATO, M. A.; FERREIRA, P. C. G.; DUARTE, A. J. M. **O impacto da escolaridade sobre a distribuição de renda**. *Estud. Econ.* vol.40 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612010000400001 Acesso em 13 de fev. de 2020.

SAVIANI, D. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde/Fundação Oswaldo Cruz, 1989.

SILVA, D. B. M. **Estudo comparado sobre evasão escolar na educação profissional - Brasil e Argentina**. (Tese de Doutorado). Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação 2018. 346 f

TCU. Tribunal de Contas da União. Relatório de Auditoria. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília, junho de 2012.

_____. Tribunal de Contas da União. Acórdão 506/2013. Disponível em: <https://contas.tcu.gov.br/etcu/ObterDocumentoSisdoc?seAbrirDocNoBrowser=true&codArqCatalogado=8995696> Acesso em 13 de dez. 2019.

TRINDADE, H. Crise do capital, exército industrial de reserva e precariado no Brasil contemporâneo. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 129, p. 225-244, maio/ago. 2017, p. 225 – 244.

APÊNDICE

Silvio Ricardo Lima Silva

**Diretrizes para a melhoria da eficiência do
Curso de Eletrotécnica Subsequente ao Ensino
Médio do IFRO - Campus Porto Velho Calama.**

Autor: Silvio Ricardo Lima Silva

Orientadora: Xênia de Castro Barbosa

Co-Orientadora: Josélia Fontenele Batista

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
RONDÔNIA
CAMPUS PORTO VELHO CALAMA
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

Diretrizes para a melhoria da eficiência do Curso de Eletrotécnica Subsequente ao Ensino Médio do IFRO - Campus Porto Velho Calama.



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>.

TÍTULO DO PRODUTO: Diretrizes para a melhoria da eficiência do Curso de Eletrotécnica Subsequente ao Ensino Médio do IFRO – Campus Porto Velho Calama.

TIPO DE PRODUTO: Orientação Técnica.

NÍVEL DE ENSINO: Técnico Subsequente ao Ensino Médio.

SÉRIE/ANO: o produto aplica-se ao curso como um todo.

CURSOS TÉCNICOS INDICADOS/SEGMENTO PROFISSIONAL: Técnico em Eletrotécnica Subsequente ao Ensino Médio/Gestores e professores da EPT.

TRANSFERÊNCIA/USOS JÁ EFETIVADOS: Produto transferido à Coordenação do Curso Técnico de Eletrotécnica Subsequente ao Ensino Médio do IFRO – Campus Porto Velho Calama.

INTRODUÇÃO

Este produto educacional é um dos resultados da pesquisa de mestrado intitulada “Educação Profissional e evasão escolar na visão da governança corporativa do IFRO: um olhar sobre o curso Técnico Subsequente em Eletrotécnica do IFRO - Campus Porto Velho Calama” e acompanha a dissertação de Mestrado. A entrega de produto educacional é uma exigência de programa de mestrado de tipo profissional, desse modo, este produto responde a uma exigência regulamentar do curso.

O produto em tela consiste em diretrizes técnicas acerca do Projeto Pedagógico do Curso de Eletrotécnica Subsequente ao Ensino Médio e de sua política de ingresso, permanência e êxito, com foco na redução da evasão escolar. Essas diretrizes foram registradas no suporte textual.

Em ambos os casos o produto oferece diretrizes factíveis do ponto de vista pedagógico e da gestão escolar para a melhoria do curso e dos indicadores de evasão.

Acreditamos que se essas diretrizes forem seguidas os resultados serão surpreendentemente positivos.

O público-alvo deste produto são as instâncias gestoras do IFRO – Campus Porto Velho Calama (Direção Geral, Direção de Ensino, Departamento de Apoio ao Ensino, Coordenação do Curso) e seu corpo docente, podendo, contudo, ser apreciado também por pesquisadores e pela sociedade em geral.

OBJETIVOS

Este produto educacional tem como objetivo geral contribuir com a melhoria da efetividade do curso de Eletrotécnica Subsequente ao Ensino Médio do IFRO, Campus Porto Velho Calama. De maneira específica, almeja colaborar para a redução da evasão escolar no referido curso, e cumprir com requisito avaliativo deste programa de Mestrado.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse produto educacional foi desenvolvido com base nas reflexões estabelecidas no âmbito da pesquisa supracitada. Tais reflexões consideraram observações em campo de tipo não-participante, análise documental e apreciação da fortuna crítica disponível em língua portuguesa sobre a temática da evasão escolar em geral, e na modalidade Educação Profissional e Tecnológica, em particular.

O texto foi produzido no processador eletrônico Microsoft Word, versão 2010, disponível no pacote Office da Microsoft.

Para o desenvolvimento do produto e da pesquisa, de modo geral, foram realizadas duas reuniões, uma com o DAPE, para coleta e conferência de dados, e uma com a coordenação do curso de Eletrotécnica Subsequente ao Ensino Médio.

A metodologia de validação do produto consistiu em sua apresentação à Coordenação do Curso Técnico em Eletrotécnica Subsequente ao Ensino Médio, acompanhado da dissertação de mestrado.

O produto é aplicável ao curso estudado, sendo a decisão de aplicar ou não de responsabilidade da coordenação do curso e de seu corpo docente. Procuramos ser

sintéticos nas diretrizes, incidindo nos pontos de maior fragilidade do curso, e destacando, dentre o conjunto de recomendações, quais competem à gestão de maneira específica, e quais competem aos professores e professoras.

FORMAS DE UTILIZAÇÃO

Para a aplicação do produto recomenda-se, primeiramente, a leitura da dissertação pelo coordenador do curso e docentes que nele atuam, de modo a conhecer as informações e análises elaboradas nesta pesquisa de Mestrado. Na sequência, orienta-se a fazer a leitura e o debate deste produto educacional. Por fim, recomenda-se à Coordenação e docentes do curso reler o projeto pedagógico do curso cotejando com as recomendações tecidas no produto educacional. Havendo interesse em promover ajustes no documento e nas práticas educativas, orienta-se instituir comissões próprias para reorganizar os trabalhos, e documentar todo o processo em arquivo próprio, físico ou digital, como preferirem.

IMPACTO SOCIAL

O produto é capaz de contribuir com a melhoria do Curso Técnico de Eletrotécnica Subsequente ao Ensino Médio e com a melhoria da inclusão e integração dos alunos, elevando, por conseguinte, o nível de satisfação dos alunos e diminuindo os riscos de evasão. Espera-se, no limite colaborar para a redução da evasão escolar, o que representa benefícios não só para a instituição, mas para a sociedade em geral.

Diretrizes para a melhoria da eficiência do Curso de Eletrotécnica Subsequente ao Ensino Médio do IFRO – Campus Porto Velho Calama.

A Evasão escolar é um problema complexo, presente em todos os níveis e modalidades de ensino. É conceituada como fenômeno que ocorre quando o aluno deixa de frequentar o ambiente escolar, rompendo com o vínculo jurídico estabelecido (JOHAN, 2012).

No curso técnico de Eletrotécnica subsequente ao Ensino Médio do IFRO - Campus Porto Velho Calama, o índice de evasão no período de 2015 a 2018 foi de 32,89%. Isso significa que a eficácia do curso foi de 67,11%

A evasão escolar é prejudicial aos alunos porque lhes impede de obter a qualificação profissional, por meio da qual poderiam ampliar as oportunidades de trabalho, renda e desenvolvimento profissional. Além disso, ela desencadeia sentimento de não pertencimento ao ambiente escolar, de incompetência, de não realização do objetivo inicial e de frustração.

Ela é prejudicial também à instituição, que precisa responder aos órgãos de controle sobre o porquê da baixa eficácia dos seus cursos e dos recursos utilizados, sejam os recursos materiais, sejam os recursos humanos. Cursos podem ser fechados e professores podem se tornar redundantes e acabar sendo demitidos. Até mesmo unidades de ensino podem ser fechadas, sendo a evasão utilizada como justificativa para tais atos.

A evasão escolar também repercute negativamente na sociedade, pois implica que terá menos recursos humanos qualificados para contribuir com o seu desenvolvimento, e significa ainda que houve investimento de recursos públicos sem retorno, sem o alcance finalístico proposto.

Para enfrentar de modo crítico o problema da evasão escolar no curso Técnico de Eletrotécnica Subsequente ao Ensino Médio do Campus Porto Velho Calama é fundamental proceder às seguintes ações:

1. Revisar o Projeto Pedagógico do curso, inserindo uma disciplina de Matemática Básica a ser ofertada antes de Matemática Aplicada.

2. Ampliar a carga horária das disciplinas de Português e Inglês Instrumental.
3. Tratar Metodologia Científica e Ética profissional como disciplinas específicas, de modo a assegurar os aprofundamentos necessários e a construção das habilidades e competências de cada campo.
4. Definir um foco/aplicação para a disciplina de Empreendedorismo.
5. Inserir Seminários sobre temática concernente à cidadania e ao mundo do trabalho em todos os semestres do curso, bem como inserir a disciplina de Informática Básica, incluindo experiências práticas com mídias sociais voltadas à profissionalização;
6. Realizar acompanhamento pedagógico sistemático dos alunos;
7. Inserir atividades e textos de apoio no AVA para complementar a formação dos estudantes, e monitorar, efetivamente, a realização das atividades;
8. Oportunizar aos estudantes acesso aos editais de pesquisa, extensão e ensino aos programas de assistência estudantil;
9. Oportunizar aos estudantes acesso à vivência acadêmica e cultural das experiências e oportunidades oferecidas pelo Campus, tais como: jogos, aulas de música, cursos de idiomas, Semana de Ciência e Tecnologia, de Meio Ambiente, dentre outras;
10. Melhorar o processo de informação sobre o curso antes do ingresso do aluno, mediante feiras, atividades de tipo “portas abertas” e divulgação nos canais de televisão.

A qualidade do curso e do processo de inclusão será tanto melhor quanto for o engajamento dos profissionais envolvidos. É relevante que as diretrizes aqui apresentadas sejam observadas conjuntamente por docentes e gestores, todavia, destaca-se que as ações 1, 2, 3, 4, 6 e 7 reportam mais diretamente aos docentes que integram o colegiado do curso.. Já as ações numeradas como 6, 8, 9 e 10 relacionam-se de maneira

mais próxima à função do Coordenador do Curso de Técnico em Eletrotécnica, cabendo a este profissional, entretanto acompanhar e orientar todo o processo.

DECLARAÇÃO DE NÃO VIOLAÇÃO DE DIREITOS DE AUTORAIS DE TERCEIROS

DECLARAÇÃO DE NÃO VIOLAÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS DE TERCEIROS

Eu, SILVIO RICARDO LIMA SILVA, CPF: 629.315.042-20, aluno do Curso de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Rondonia, Campus Porto Velho Calama, declaro para os devidos fins que: a) que a Tese (x) Dissertação com Título: "**ENTRE ESTUDAR E TRABALHAR: A EVASÃO ESCOLAR NO CURSO TÉCNICO DE ELETROTÉCNICA SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO DO IFRO – CAMPUS PORTO VELHO CALAMA, 2015-2018**", de minha autoria não viola os direitos autorais de terceiros, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas.

Porto Velho, 03 de Julho de 2020.


SILVIO RICARDO LIMA SILVA